



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

RESPOSTA

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90273/2024/CEL/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0037.002497/2024-69

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação hospitalar pronta por meio de fornecimento contínuo destinado a Pacientes (Adultos e Infantis), Acompanhantes legalmente instituídos, servidores e demais comensais, visando o fornecimento de dietas de rotina ou especiais, englobando todas as etapas para a operacionalização e o desenvolvimento do processo de produção, administração e apoio à nutrição clínica e ambulatorial, de modo a assegurar uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, conforme os parâmetros estabelecidos neste termo de referência, além das demais normas técnicas e sanitárias vigentes, em prol de atender as necessidades do Hospital de Retaguarda de Rondônia, pelo período de 12 (doze) meses.

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através da Pregoeira nomeada por força da **Portaria nº 83/GAB/SUPEL, publicada no DOE de 17.10.2024**, vem neste ato responder ao pedido de Impugnação enviado por e-mail por empresa interessada.

No dia 18.12.2024 esta equipe recebeu o Pedido de Impugnação referente ao Pregão citado.

1. DA ADMISSIBILIDADE

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, nos termos do Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2023 e do item 6 do Instrumento Convocatório, conforme comprovam os documentos colacionados ao processo administrativo SEI relacionado a este PE 90273/2024/SUPEL, pelo que passo a formulação da Resposta ao Pedido de Impugnação. Informamos ainda, que de acordo com o **AVISO DE ADIAMENTO (0055985499)**, houve a necessidade de adiamento, para que seja respeitado o disposto no **item 6.3 do Instrumento Convocatório**.

2 - DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO E DA RESPOSTA DA UNIDADE TÉCNICA DA SESDEC

Considerando que as questões levantadas no pedido de impugnação tem sua origem no Termo de Referência, enviados os pedidos e anexos via SEI à SESDEC-FUNESP, para manifestação, e, em resposta, vem neste ato, esclarecer o que se segue:

2.1. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA DELTAPOINT CONSULTORIA DE ID. Nº. (0055894027)

DAS ALEGAÇÕES

2.1.1. DA LESÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA COMPETITIVIDADE E DA ISONOMIA

A empresa **DELTAPOINT CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA**, argumenta, em síntese, que existem violações de alguns princípios editalícios especificados no art. 5 da Lei nº 14.133/2021 e que cópias de descrições técnicas fidedignas de determinado fabricante foram utilizadas para embasar o Termo de Referência.

Destarte, alega que a referida anomalia vai em total desacordo com o princípio da competitividade e isonomia, que é um dos pilares da Administração Pública.

Mais adiante, informa da ilegalidade decorre da análise do próprio princípio da legalidade administrativa.

Ao passo que a legalidade, do ponto de vista privado, apenas proíbe aquilo que é expressamente vedado por lei anterior, do ponto de vista público proíbe-se o gestor de fazer tudo aquilo que a lei não expressamente permita. Trazendo como balizamento art. 37 da Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios **DE LEGALIDADE**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...).

Na continuidade de suas alegações a empresa argui também sobre a dúplice análise da palavra vantajosidade quando falamos de contratação pública que compreenda não apenas o menor preço, mas o melhor benefício para a Administração Pública e o interesse público a que se volta. Enquadrando os argumentos art. 5º da Lei nº 14.133/2021, in verbis:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, **da impessoalidade**, da moralidade, da publicidade, **da eficiência**, **do interesse público**, da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Outro ponto alegado pelo reclamante é a questão da isonomia, a qual faz referência a Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de **licitação pública** que assegure **igualdade de condições** a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Além da citação do artigo 11º Lei nº 14.133/2021, para estruturar sua argumentação:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

A impugnante, **DELTAPOINT CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA**, requer através da impugnação resumida acima:

O ACOLHIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, com o reconhecimento de sua procedência para reformulação do Termo de Referência para que não haja direcionamento do certame para determinada ferramenta e seus representantes comerciais, abrindo-se o escopo da contratação para toda e qualquer ferramenta que, justificadamente, seja suficientemente capaz de atender às necessidades da contratação – sob pena de nulidade. Como consequência, requer a abertura de prazo para divulgação das novas condições de apresentação da proposta.

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO E RESPOSTA DA UNIDADE TÉCNICA DA SESDEC

3.1. DO PARECER

A licitante questiona o suposto direcionamento técnico que comprometeria os princípios de competitividade e isonomia. Contudo, as alegações não encontram respaldo nos fatos e na legislação aplicável.

3.2. DA DEFINIÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

Preliminarmente, cabe destacar que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 41, expressamente autoriza a Administração Pública a definir requisitos de qualidade mínima do objeto, desde que tecnicamente justificados, para garantir a melhor contratação possível:

"Art. 41. No planejamento de compras, a Administração poderá considerar:

(...)

d. quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;"

O renomado jurista Rafael Carvalho Rezende Oliveira (2023, em "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos"), esclarece que "a definição de especificações técnicas mínimas não caracteriza direcionamento quando estas são necessárias ao atendimento da necessidade administrativa e permitem a competição entre diversos fornecedores que atendam aos requisitos técnicos estabelecidos".

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado sobre o tema:

Acórdão 2.829/2023-TCU-Plenário: "A especificação de características técnicas mínimas, ainda que restritivas, é legítima quando necessária para atender às necessidades específicas da Administração e desde que devidamente fundamentada em estudos técnicos."

Acórdão 1.890/2023-TCU-Plenário: "Não configura irregularidade a coincidência entre especificações técnicas contidas no edital e características de produtos de determinada marca quando essas especificações são justificadas por critérios técnicos ou expressam os requisitos necessários à garantia da execução do objeto."

3.3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

No caso em tela, as especificações técnicas definidas no edital foram precedidas de amplo Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o art. 18 da Lei 14.133/2021:

"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual..."

O Estudo Técnico Preliminar realizado demonstrou que as especificações estabelecidas representam o mínimo necessário para garantir:

A segurança adequada da rede da Polícia Civil;

A compatibilidade com a infraestrutura existente;

O desempenho necessário para suportar o volume de transações;

A proteção adequada contra ameaças cibernéticas atuais.

E ainda, dentre os objetivos primordiais desta contratação está a simplificação das tarefas de gerenciamento da rede, permitindo a configuração e o monitoramento centralizados, bem como a aplicação consistente de políticas de segurança em toda a infraestrutura. Economizando tempo e recursos, aumentando a eficiência operacional da equipe de TI, conforme estabelecido no item 6.4, alínea h do Termo de Referência.

Atualmente as unidades da Polícia Civil são atendidas por uma rede MPLS provida pela SESDEC no Interior através do CONTRATO Nº 403/PGE-2021 e uma rede INFOVIA na Capital, e o CONTRATO Nº 802/PGE-2021 referente a solução de Segurança de forma centralizada e administrada exclusivamente pela GETEC/SESDEC, onde toda gestão, definição de políticas e ações de segurança são realizadas pela equipe da SESDEC, dessa forma não há visibilidade granular quanto a segurança da informação e dados trafegados no ambiente pela equipe Polícia Civil (DETEINF).

Portanto, para podermos ser pró-ativos e termos uma visão de segurança 100% integrada e em conformidade com as demandas da Polícia Civil, bem como da rede e ativos internos, faz-se necessária a implementação de equipamentos/serviços gerenciáveis, única e exclusivamente pela equipe da Polícia Civil, que se complementam criando uma teia de segurança, onde um equipamento/serviço tenha integração com o outro, reduzindo e facilitando assim a gestão desses de todo ambiente.

A especificação está vinculada a estrutura atual, respeitando a compatibilização das especificações técnicas e de desempenho, observadas, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia, conforme a necessidade da Polícia Civil.

Deste modo, a Administração encontra-se respaldada e fundamentada em nortear o referido processo público com os requisitos mínimos necessários para cumprir a eficiência operacional e a eficácia estratégica da contratação pública, sem lesionar qualquer dos princípios editais.

Como narrado no Estudo Técnico Preliminar a eficiência operacional e a eficácia estratégica do objeto a ser adquirida através deste certame buscar otimizar com inteligência o capital humano disponível para administrar a solução e cumprir requisitos regulatórios como Marco Civil e LGPD, conforme a descrição do item abaixo:

Item 5.1.6. do TR. Hoje as unidades da Polícia Civil são atendidas por uma rede MPLS provida pela SESDEC no Interior através do CONTRATO Nº 403/PGE-2021 e uma rede INFOVIA na Capital, e o CONTRATO Nº 802/PGE-2021 referente a solução de Segurança de forma centralizada e administrada exclusivamente pela GETEC/SESDEC, onde toda gestão, definição de políticas e ações de segurança são realizadas pela equipe da SESDEC, dessa forma não há visibilidade granular quanto a segurança da informação e dados trafegados no ambiente pela equipe Polícia Civil. Para podermos ser pró-ativos e termos uma visão de segurança 100% integrada e em conformidade com as demandas da Polícia Civil, bem como da rede e ativos internos, faz-se necessária a implementação de equipamentos/serviços gerenciáveis, única e exclusivamente pela equipe da Polícia Civil, que se complementam criando uma teia de segurança, onde um equipamento/serviço tenha integração com o outro, reduzindo e facilitando assim a gestão desses de todo ambiente.

Todo estudo é estruturado de forma que os desafios da Polícia Civil, na apuração de crimes e produção de provas, que irão subsidiar o Ministério Público e Poder Judiciário, para tanto há a necessidade de realizar intimações, operações, produção de relatórios, laudos periciais, oitivas de intimados e conduzidos, registros de ocorrências, além de outros expedientes sejam potencializados e gerem valor a sociedade.

De fato, um requisito técnico bem explorado e almejado pela Administração é a centralidade operacional de todos os elementos que podem compor uma malha de segurança cibernética. Vamos a definição do próprio Gartner, maior consultoria de referência em assuntos de tecnologias:

Cybersecurity Mesh


Cybersecurity mesh, or cybersecurity mesh architecture (CSMA), is a collaborative ecosystem of tools and controls to secure a modern, distributed enterprise. It builds on a strategy of integrating composable, distributed security tools by centralizing the data and control plane to achieve more effective collaboration between tools. Outcomes include enhanced capabilities for detection, more efficient responses, consistent policy, posture and playbook management, and more adaptive and granular access control — all of which lead to better security.

<https://www.gartner.com/en/information-technology/glossary/cybersecurity-mesh>

A maior perspectiva de valor neste cenário é centralizar e integrar o número maior de componentes de segurança, que geralmente estão distribuídos, como é o caso da Polícia Civil para alcançar uma visibilidade maior da postura de cibernética. Os resultados incluem recursos aprimorados de detecção, respostas mais eficientes, políticas consistentes, gerenciamento de postura e manual e controle de acesso mais adaptável e granular — tudo isso leva a uma melhor maturidade da segurança digital.

Para contextualizar vários fabricantes abordam tal conceito, segue algumas telas extraídas na rede mundial de computadores:

I – Check Point



[Products](#)[Solutions](#)

Cyber Hub / Cybersecurity / Cybersecurity Mesh Architecture (CSMA)

Cybersecurity Mesh Architecture (CSMA)

Gartner has defined the Cybersecurity Mesh Architecture (CSMA) as a top strategic trend for 2022 to help organizations move toward a more scalable and interoperable approach to security. CSMA aims at simplifying and improving corporate cybersecurity by providing a framework for discrete security solutions to collaborate on common goals.

[Download the Market Guide](#)[Security CheckUp](#)

[What Is CSMA](#)[Foundational Layers](#)[Main Benefits](#)[Key Points](#)[CSMA W](#)

Get Started

- [Check Point Infinity](#)
- [Reduce TCO and Increase Protection](#)
- [Infinity Architecture Solution Brief](#)
- [Webinar: Why Security Consolidation Matters](#)


Related Topics

- [Biggest Cyber Security Challenges in 2022](#)

What is Cybersecurity (CSMA)?



One of the greatest security challenges that o deploy a range of point security solutions with result, security architectures become comple: missed detections and delayed responses.

CSMA is a concept developed by Gartner to he collaborative and flexible approach to security composable and scalable by modularizing sec



<https://www.checkpoint.com/cyber-hub/cyber-security/what-is-cybersecurity-mesh-architecture-csma/>

II – Paloalto

 SHARE |  DOWNLOAD PDF

5 min. read

Aligning Security and Business Strategies

This site uses cookies essential to its operation, for analytics, and for personalized content and ads. Please read our privacy statement for more information. [Privacy statement](#)

<https://www.paloaltonetworks.com/cybersecurity-perspectives/aligning-priorities>

III - Quest

Security

Everything you need to know about cybersecurity mesh architecture



Written By John Hernandez
January 16, 2024



Gartner named cybersecurity mesh architecture (CSMA) one of its top cyberse in 2023 (under the term "composable security"). But what exactly is CSMA? Wh organization, and what are the key elements to understand to get started? Th questions and more.

What is cybersecurity mesh architecture

<https://blog.quest.com/everything-you-need-to-know-about-using-a-cybersecurity-mesh-architecture/>

Sumo da perspectiva tecnologica não existem nenhum direcionamento técnico, apenas um referência pois se trata de uma abordagem comum de mercado que não impacta de nenhuma forma a competitividade e isonomia.

Vejamos o que nos ensina Marçal Justen Filho (2023):

"A coincidência entre especificações técnicas e características de produtos específicos não é vedada quando necessária ao atendimento da finalidade pública e quando existente multiplicidade de fornecedores aptos a atender à demanda."

Assim, conclui-se que as especificações técnicas estabelecidas são atendidas por diversos fabricantes do mercado, tais como Palo Alto Networks, Check Point, Quest, Cisco, além da própria Fortinet, não havendo que se falar em direcionamento.

3.4. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando que:

As especificações técnicas definidas no edital representam requisitos mínimos necessários ao atendimento das necessidades da Administração;

Tais especificações foram devidamente fundamentadas no Estudo Técnico Preliminar;

Existe viabilidade competitiva, com múltiplos fornecedores capazes de atender aos requisitos;

A jurisprudência atual reconhece a legitimidade de especificações técnicas restritivas quando necessárias e fundamentadas.

3.5. DECIDE-SE

Conhecer da impugnação apresentada pela empresa DELTAPOINT CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA, a equipe técnica da DETEINF sugere que seja mantido e inalterado o Termo de Referência e o Edital do Pregão Eletrônico nº 90273/2024/CEL/SUPEL/RO.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, consubstanciados pela manifestação apresentada pela PC-DETEINF, essa Comissão julga pela improcedência da impugnação, **mantendo inalterados o Termo de Referência e instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº 90273/2024/CEL/SUPEL/RO**

Informo que esta resposta será publicada no site desta SUPEL, COMPRASNET e demais meios legais.

Fica REAGENDADA a data de abertura da sessão conforme abaixo, nos termos do parágrafo único do Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2023, para que seja respeitado o disposto no **item 6.3 do Instrumento Convocatório**.

Data de Abertura: 27/12/2024 às 10h00min (horário de Brasília – DF).

Endereço: no site de licitações: www.comprasnet.gov.br

Prevalecem inalteradas as demais cláusulas do Instrumento Convocatório.

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a Comissão Especial de Licitação, através do telefone (69) 3212-9243, no e-mail da Equipe: cel@supe.ro.gov.br ou no endereço sito ao Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos/Edif. Central, 2º Andar, Av. Farquar, nº 2986, B. Pedrinhas, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO

Porto Velho, 23 de dezembro de 2024.

Bruna Gonçalves Apolinário
Pregoeira da Comissão Especial de Licitações - CEL
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Gonçalves Apolinário**, **Pregoeiro(a)**, em 23/12/2024, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0056002647** e o código CRC **79F5015E**.